

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010337-94.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Despesas Condominiais**  
 Requerente: **CONDOMÍNIO MORADAS SÃO CARLOS I**  
 Requerido: **ERIKA GONÇALVES BUENO**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

**CONDOMÍNIO MORADAS SÃO CARLOS I** pediu a condenação de **ERIKA GONÇALVES BUENO**, ao pagamento da importância de R\$ 1.863,33, correspondente a contribuições condominiais vencidas, bem como aquelas que se vencerem no curso do processo.

Infrutífera a realização da audiência de tentativa de conciliação, pois a ré não foi encontrada para citação.

Determinou-se a citação da ré pelo rito ordinário.

Citada, a ré não contestou o pedido.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

À falta de contestação, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor, com a consequência jurídica do acolhimento do pedido (Código de Processo Civil, artigo 319).

Demais disso, os documentos juntados comprovam a relação jurídica contratual, da qual decorre a obrigação da ré, de pagar o valor cobrado.

Entretanto, analisando o cálculo apresentado às fls.02, além do valor do débito, com as devidas atualizações e encargos moratórios, o autor incluiu custas processuais e honorários advocatícios. No entanto, falta amparo legal à inclusão de verba honorária de 20%, unilateralmente imposta pelo autor, porquanto a fixação constitui tarefa de quem preside o processo. E esta parece abusiva, pois mais razoável estabelecer 10%, perante a mínima complexidade da causa.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno a ré a pagar para o autor a importância de R\$ 1.418,78, com correção monetária e juros moratórios subsequentes àqueles já contabilizados na planilha de cálculo de fls.03, bem como das contribuições que se vencerem no curso do processo, com correção monetária, juros moratórios e multa moratória, além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 10% do valor da condenação.

P.R.I.C.

São Carlos, 16 de novembro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**